

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA AGÊNCIA PARA O  
DESENVOLVIMENTO DA ATEN O PRIMÁRIA   SAUDE - ADAPS**

**PREGÃO ELETRÔNICO N  003/2022**

**METRÓPOLE SOLUÇOES EMPRESARIAIS E  
GOVERNAMENTAIS EIRELI-ME**, identificada nos autos em epígrafe, por sua representante legal, vem   presença de Vossa Senhoria, com fulcro no art. 4 , inciso XVIII, da Lei Federal 10.520/2002, apresentar suas **CONTRARRAZÕES** ao recurso administrativo interposto pela empresa **ALLDAX SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA**, o que faz pelos motivos de fato e de direito a seguir delineados.

**I — SÍNTESE DOS FATOS**

Em resumo, a empresa Recorrente alega que a Recorrida supostamente não cumpriu os requisitos de habilita o jurídica, de qualifica o econ mico financeira e de qualifica o técnica.

Todavia, impende salientar que os atos processuais praticados no certame pela Recorrida estiveram em estrita observância aos Princípios da Legalidade, Vincula o ao Instrumento Convocatrio e demais mandamentos elencados no art. 3  da Lei Federal 8.666/93.

Por esse motivo, as teses recursais apresentadas pela Recorrente são meramente protelatórias, além do que, no mérito, são frágeis e não carece de elementos hábeis ao atendimento do pleito recursal de inabilitação da Recorrida no Pregão Eletr nico 003/2022.

## II — O DIREITO

### II.A) A COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA

Em uma tentativa desesperada de inabilitar a Recorrida, a Empresa Recorrente alega que ela não apresentou o seu ato constitutivo.

Observe-se, no entanto, que a falta de apresentação do contrato social consolidado ou do contrato social original e de todas as alterações nele promovidas **não constitui vício capaz de determinar a inabilitação da licitante, admitindo-se o saneamento.**

**Esclarece-se que tal documento foi remetido para o e-mail do Senhor Pregoeiro. Além disso, consta dos documentos de habilitação a certidão simplificada expedida pela Junta Comercial do Distrito Federal** Aliás,   nesse sentido o entendimento endossado pela renomada consultoria em licitações Z nite, senão veja-se:

*“Embora permaneça o dever das licitantes de apresentar os documentos necessários   comprovação de atendimento dos requisitos habilitatórios fixados no edital, não afastamos a possibilidade de a Administração realizar diligências que viabilizem a correta análise dos aspectos envolvidos.*”

*Objetivando suprir a falta de apresenta o dos documentos pela licitante e com fundamento no art. 43,   3 , da Lei n  8.666/1993, admite-se a realiza o de uma consulta on-line ao site oficial da Junta Comercial, a fim de emitir eventual certidão de inteiro teor que comprove todas as altera es realizadas no ato constitutivo, desde que se trate de documento que possa ser obtido pela internet e que a Administra o realize referida consulta na sessão de licita o.*

*A diligência fundamenta-se no reconhecimento de que a omissão na documenta o constitui falha meramente formal, passível de ser saneada em consulta a site oficial na internet. Se   possível conferir on-line a regularidade da licitante, sem prejuízos   Administra o ou aos demais participantes, não há por que não o fazer. Além disso, tal medida observa os princípios da verdade material, da competitividade e do formalismo moderado.*

*  mais, ainda que fosse inviável obter uma comprova o on-line, sem prejuízo de posicionamentos divergentes, entendemos que seria possível   Administra o suspender a sessão pública para realizar diligências perante a Junta Comercial ou com a própria licitante acerca da documenta o faltante e, se for o caso, sanear o vício.*

*Nessa hipótese, a própria licitante poderia apresentar o contrato social consolidado ou seu ato constitutivo com todas as altera es subsequentes ou, ainda, uma certidão simplificada ou de inteiro teor (documentos expedidos pela Junta Comercial e que relatam os atos arquivados no referido  rg o). Tais informa es teriam o intuito de validar a habilita o da licitante quanto ao ponto.*

***Embora a soluço ora proposta possa ser alvo de discussão, para a Consultoria Z nite, tal situa o não configura juntada posterior de documento que deveria constar originalmente (o que   vetado pelo art. 43,   3 , da Lei de Licita es), até porque, para o desfecho do caso, bastaria a anota o da informa o obtida, pela comissão ou pelo pregoeiro, no documento já apresentado no envelope de habilita o.***

*On-line ou não (via Junta Comercial ou com a própria licitante), a conferência para admitir a habilita o excepcional de licitante que não atendeu ao edital, pois apresentou documenta o irregular, tem como finalidade prestigiar o caráter competitivo da licita o, bem como o princípio da economicidade e a busca da proposta mais vantajosa   Administra o.*

*Ressaltamos que, qualquer que seja o resultado da diligência, este deverá ser juntado aos autos do processo administrativo.*

*Com base no exposto, segundo um posicionamento conservador e tradicional, impõe-se a inabilita o da licitante que não apresente todos os aditivos ao contrato social ou a versão consolidada desse documento.*

*Contudo, para a Z nite, ainda que nossa proposi o seja passível de divergência, tal defeito pode ser saneado se, em diligência (art. 43,   3 , da Lei n  8.666/1993), confirmar-se a regularidade da licitante quanto ao requisito habilitatório. Trata-se de posicionamento que, mesmo diante de seu caráter pol mico, observa a tendência de saneamento, priorizando princípios como verdade material, razoabilidade, proporcionalidade e, especialmente, amplia o da competitividade capaz de obter a proposta mais vantajosa para a Administra o.*

Impende reafirmar que: a **Certidão Simplificada** emitida pela **Junta Comercial do Distrito Federal** abaixo reproduzida fez parte dos documentos habilitatórios remetidos pela Recorrida, destacando-se que nela constam todas as altera es realizadas no ato constitutivo da Recorrida.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

### Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

**Nome Empresarial:** METRÓPOLE SOLUÇÕES EMPRESARIAIS E GOVERNAMENTAIS SRELI ME  
**Natureza Jurídica:** EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESARIAL)

<b>Registro de Empresas - NIRE</b> 530020227-9	<b>CNPJ</b> 07.843.802/0001-20	<b>Data de aquisição do Ativo</b> Completado 13/03/2008	<b>Data de início de atividade</b> 21/09/2008
---	-----------------------------------	---	--

**Endereço Completo:**  
SETOR SRTVN QUADRA 701 CONJUNTO C ALA B SALAS 515, 517 E 519 TOR. CENTRO EMPRESARIAL NORTE - BARRIO ASA NORTE, CEP 70719-030 | BRASÍLIA/DF

**Objeto Social:**  
1) CONSULTORIA, CONTABILIDADE, AUDITORIA PARA EMPRESAS, ÓRGÃOS PÚBLICOS, GOVERNO FEDERAL, ESTADUAIS E MUNICIPAIS, ENVOJANDO TODAS AS ÁREAS E ETAPAS DA AUDITORIA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTABILIDADE EMPRESARIAL E PÚBLICA, CONTROLADORIA, AUDITORIA INTERNA INDEPENDENTE, PERICÍCIAS, LAUDOS TÉCNICOS, FISCAIS, ACESSÓRIA NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS EMPRESARIAIS, PERICÍCIAS JUDICIAIS, CONSULTORIA NA ÁREA EMPRESARIAL, TRIBUTÁRIA, CONTÁBIL E FINANCEIRA, 2) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE, 3) INVENTÁRIO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS COM AVALIAÇÃO PATRIMONIAL E SUPRAMENT, 4) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E ORGANIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS E PRIVADOS PARA PROVIMENTO DE VAGAS E CADASTRO RESERVA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, CUMPRINDO TODAS AS ETAPAS DO CONCURSO, ELABORAÇÃO DE PROVA ESCRITA, PROVA PRÁTICA, PROVA DISSERTATIVA, SERVIÇOS TÉCNICOS DE ORGANIZAÇÃO E APLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO, LOGÍSTICA PARA REALIZAÇÃO DE PROVA, ELABORAÇÃO DE EDITAL, COLEÇÃO DE PROVA EM PLATAFORMA TECNOLÓGICA, DISPONIBILIZAÇÃO DE TODAS AS INFORMAÇÕES PARA OS CANDIDATOS ATRAVÉS DA INTERNET, INDISPOSIÇÃO DE INFORMAÇÕES, COLEÇÃO DE EDITAIS, FISCALIZAÇÃO DE TODOS OS PROCEDIMENTOS DE COLEÇÃO, APLICAÇÃO E CORREÇÃO DE PROVAS, BOLETINS E COMPENSAÇÕES DE TAXAS DE INSCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE ESPAÇOS PARA APLICAÇÃO DE PROVA, SERVIÇOS DE SEGURANÇA E DE LAZER, BILHETES E PASSAGENS, COLEÇÃO, APLICAÇÃO E CORREÇÃO DURANTE TODO O PROCESSO DO CONCURSO, 5) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VALIAÇÃO, CÍVEL, INCORPORAÇÃO E FUSÃO DE ENTIDADES PÚBLICAS E EMPRESAS PRIVADAS, 6) ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA, ECONÔMICA PARA EMPRESAS, GOVERNO FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL, PREFEITURAS E DISTRITO FEDERAL, ESTUDOS E PESQUISAS PARA ORGANISMOS INTERNACIONAIS E NACIONAIS, USADOS AO GOVERNO OU NÃO, ESTUDOS E PESQUISAS PARA EMPRESAS, PROJETOS DE ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PARA GOVERNOS, PREFEITURAS, ORGANISMOS INTERNACIONAIS, EMPRESAS, SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA, ELABORAÇÃO DE PROJETOS EMPRESARIAIS E GOVERNAMENTAIS PARA ENTES PÚBLICOS, SOCIEDADE PÚBLICA E OU PRIVADA, E DE ECONOMIA MISTA, 7) SERVIÇOS DE CONSELHO EMPRESARIAL, CORPORATIVO E ADVISÓRIO PARA PERÍCIA JURÍDICA, ÓRGÃOS DO GOVERNO, ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, 8) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA, LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA, INTERMEDIADORIAS EMPRESARIAIS, CONSULTORIA ESTRATÉGICA E EMPRESARIAL, 9) ELABORAÇÃO DE PROJETOS EMPRESARIAIS E GOVERNAMENTAIS PARA ENTES PÚBLICOS, SOCIEDADES E OU PRIVADA, E DE ECONOMIA MISTA, 10) ELABORAÇÃO DE PLANOS DE CARGOS E SALÁRIOS, 11) CONSULTORIA FINANCEIRA, RECURSOS HUMANOS, ADMINISTRATIVOS E GOVERNAMENTAL PARA ENTES PÚBLICOS, SOCIEDADE PÚBLICA E OU PRIVADA E DE ECONOMIA MISTA, 12) ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS, LOCAÇÃO DE ESPAÇO PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS E TODA ORGANIZAÇÃO LOGÍSTICA DO MESMO.

<b>Capital Social</b> R\$ 100.000,00	<b>Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte</b> Sim	<b>Prazo de Duração</b> INDETERMINADO
<b>Capital Registrado</b> R\$ 100.000,00	<b>Micro Empresa (Lei Complementar nº 123/06)</b> Sim	

**Título/Administrador:**  
CPF-NIRE Nome Titulo/Missão/Função  
539.985.081-88 FABIA MARQUES BRAGA xxxxxxxx TITULAR ADMINISTRADORA

**Sigla:** XXXXXXXX **Situação:** ATIVA

1) Validação por meio de arquivo (jurado)  
2) Validação por meio de sistema (computador) e visualização (jurado)

Página 1 de 2

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SIREME  
 Governo do Distrito Federal  
 Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal  
 Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

### Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

**Nome Empresarial:** METRÓPOLE SOLUÇÕES EMPRESARIAIS E GOVERNAMENTAIS SRELI ME  
**Natureza Jurídica:** EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESARIAL)

**Último Arquivamento:** 03/03/2022 **Número:** 703294

**Ato:** 222 - BALANÇO

Empreendedor/Arquivatário	Nome	Número Arquivação	UF	Tipo Movimento
METRÓPOLE COMERCIO SERVIÇOS E SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA ME	530123879-9	0360072276	DF	TRANSFORMAÇÃO
METRÓPOLE COMERCIO SERVIÇOS E SOLUÇÕES EMPRESARIAIS SRELI ME	530020227-9	2118066488	DF	ALTERAÇÃO DE NOME EMPRESARIAL
HUMANIA SERVIÇOS GERAIS E SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA	5320123879-9	20200001703	DF	ALTERAÇÃO DE NOME EMPRESARIAL

**Filial(es) nesta Unidade de Federação ou fora dela:**  
 NIRE CNPJ Endereço  
 NADA INDICAR

Ante todo o exposto, evidencia-se que a habilitação da empresa Recorrida atende plenamente aos requisitos do Edital, o que não impede, no entanto, que o Órgão promova eventuais diligências a fim de colher informações complementares e aferir que a licitante Recorrida possuía e possui todos os requisitos de habilitação jurídica para adimplir com o objeto da licitação, o que, inclusive, já foi observado no julgamento de Vossa Senhoria.

## **II.B) A COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

No que se refere especificamente ao balanço patrimonial apresentado pela Recorrida, informa-se que ele foi registrado na Junta Comercial do DF em 03/05/2022 sob o nº 22/052.540-4 e que a sua validade foi deferida por ato do mencionado Órgão, veja-se:

**TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL** A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucisdf informando o número do protocolo 22/052.540-4. Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa **METROPOLE SOLUCOES EMPRESARIAIS E GOVERNAMENTAIS EIRELI ME**, de CNPJ 07.843.902/0001-39 e protocolado sob o número 22/052.540-4 em 03/05/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1832394, em 03/05/2022. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador **MARIA APARECIDA CYPRIANO BARBOSA**. Certifica o registro, o Secretário-Geral, Maxmiliam Patriota Carneiro. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucis.df.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Logo, a Recorrida comprovou ter cumprido os requisitos de qualifica o econ mico financeiras do edital, motivo pelo qual não há se falar em desatendimento com o edital.

## II.C) A COMPATIBILIDADE DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA APRESENTADOS PELA EMPRESA RECORRIDA COM O OBJETO DA LICITA O

A Recorrente alega que os atestados de capacidade técnica acostados ao certame pela Empresa Recorrida não atenderiam aos requisitos do edital.

Entretanto, douto julgador, citados documentos são compatíveis com a licita o tendo em vista que a qualifica o técnica nas licita es não   um "jogo de palavras", e, sim, a experiência anterior acumulada pela Empresa Recorrida na execu o de objetos **correlatos   presente licita o**.

Rememora-se, inclusive, que o Estatuto de Licita es, quando se refere   exigência de qualifica o técnica dos licitantes, requisita a apresenta o de atestados compatíveis, e não idênticos, ao objeto licitado pela Administra o Pública.

Ainda neste sentido, o art. 37, XXI da Constitui o Federal dispõe que:

"Art. 37 (...)

(...)

**XXI - ressalvados os casos especificados na legisla o, as obras, serviços, compras e aliena es serão contratados mediante processo de**

licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econ mica indispensáveis   garantia do cumprimento das obrigações." (grifos acrescentados)

E mais, o art. 30 do Estatuto Geral de Licitações previu que:

“Art. 30. A documentação relativa   qualificação técnica limitar-se-  a:  
(...)

II - **comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;**

Frisa-se, Senhor Pregoeiro, que todos os atestados de capacidade técnica enviados e anexados ao certame pela Recorrida correspondem às atividades de assessoramento técnico e são absolutamente compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação epigrafada.

Ademais, os citados atestos possuem todas as informações necessárias e suficientes para que se possa, mediante comparação entre seus objetos e os serviços ora contratados, inferir a aptidão da Recorrida para a execução do contrato nos termos em que se propõe.

Diga-se mais, os documentos acostados ao processo pela Recorrida evidenciam um sistema normativo de aptidões que possuem uma complexidade intelectual, tecnológica e operacional **superior aos exigidos na contratação em comento.**

Neste sentido, Senhor Pregoeiro,   pacificado no Tribunal de Contas da União o entendimento de que a comprova o da capacidade técnico-operacional dos licitantes deve ser auferida de **maneira objetiva e de forma a garantir a participa o daqueles que tenham real capacidade potencial para executar os serviços com a segurança que o interesse público requer.**

*In verbis*, segue a Súmula 263/2011 e a decisão proferida pelo Egrégio Tribunal de Contas da União:

Decisão TCU n  574/2002 – Plenário:

“(...) **foi se firmando o entendimento de que o limite   estabelecido no caso concreto, utilizando-se o bom-senso, respeitando os princípios administrativos da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como o art. 37, inciso XXI, da Constitui o da República, e os princípios da licita o. Em suma, tal exigência deve limitar-se às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, e em quantitativos que assegurem um mínimo aceitável de garantia para a administra o e um máximo de competitividade ao processo licit torio.** Não se discute a possibilidade de serem feitas exigências de qualifica o técnica para habilita o, mas sim, a medida, a propor o em que são feitas (da  porque inúteis ao esclarecimento da questão as cita es de decisões do TCU e STJ apresentadas pelo Responsável). Especificamente sobre a medida das exigências, na mesma obra de Marçal Justen Filho, citada pelo Sr. Diretor Geral encontra-se o seguinte trecho elucidativo: "Também não se admitem requisitos que, restritivos   participa o no certame, sejam irrelevantes para a execu o do objeto licitado. Deve-se considerar a atividade principal e essencial a ser executada, sem maiores referências a especifica es ou detalhamentos. Isso não significa afirmar que tais peculiaridades sejam irrelevantes. São significativas para a execu o do objeto, mas não para a habilita o." (in Comentários   Lei de Licita es e Contratos Administrativos, 5  ed., p. 312l).

#### SÚMULA N  263/2011

**Para a comprova o da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado,   legal a exigência de comprova o da execu o de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência**

guardar propor o com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.

No mesmo sentido, caminha a doutrina de MARÇAL JUSTEN FILHO, o qual alude   expressão "qualifica o técnica real" para designar a qualifica o que deve ser investigada nos certames licitatrios:

**"Alude-se, nessa linha,   qualifica o técnica real. Significa que a qualifica o técnica a ser investigada   não apenas aquela teórica, mas também a efetiva, concreta, prática.   a titularidade de condi es práticas e reais de execu o do contrato. Em vez de exame apenas teórico do exercício da atividade, as exigências se voltam para a efetiva condi o prática de desempenhar satisfatoriamente o objeto licitado."**

(JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários   lei de licita es e contratos administrativos: 5a ed. São Paulo: Dialética, 1998, p. 306)

Desse modo, a exigência editalícia do item relacionado   qualifica o técnica edital **foi integralmente cumprida e atendida pela Empresa Recorrida**, pelo que as razões recursais das mencionadas Recorrentes, em sentido contrário, devem ser afastadas ante a carência de seus fundamentos.

## **II.D) - A COMPROVA O DE EXPERIÊNCIA DA RECORRIDA EM GERIR MÃO-DE-OBRA   ADMINISTRA O PÚBLICA**

Ainda sobre a comprova o de experiência técnica da Recorrida, há de se apresentar o recente pronunciamento do Tribunal de Contas da União, para quem a qualifica o técnica operacional dos certames deve corresponder   **capacidade da licitante em gerir mão-de-obra, e não a sua aptidão relativa a determinadas atividades.**

Frisa-se o posicionamento recentemente endossado pelo TCU, no Acórdão n.  1214/2013-TCU-Plenário, *ipsis litteris*:

“TC 006.156/2011-8 - Natureza: Representa o.  rg o: Secretaria de Logística e Tecnologia da Informa o do Ministério do Planejamento (SLTI/MP).

[...]

**114. O que importa   perceber que a habilidade das contratadas na gestão da mão de obra, nesses casos,   realmente muito mais relevante para a Administra o do que a aptidão técnica para a execu o dos serviços, inclusive porque estes apresentam normalmente pouca complexidade. Ou seja, nesses contratos, dada a natureza dos serviços, interessa   Administra o certificar-se de que a contratada   capaz de recrutar e manter pessoal capacitado e honrar os compromissos trabalhistas, previdenciários e fiscais.   situa o muito diversa de um contrato que envolva complexidade técnica, como uma obra, ou de um contrato de fornecimento de bens, em que a capacidade pode ser medida tomando-se como referência a dimensão do objeto – que serve muito bem o parâmetro de 50% usualmente adotado.”**

Depreende-se, portanto, que o cont do dos atestados de capacidade técnica apresentados pela Recorrida, no que se refere   compatibilidade da presta o de serviços, deve se prestar   avalia o da habilidade da empresa METRÓPOLE na presta o de serviços e gestão de contratos administrativos, e não   avalia o da identidade técnica de execu o destes.

## **II.E) - A COMPROVA O DOS DEMAIS REQUISITOS DO EDITAL**

Em primeiro lugar, esclarece—se que a Recorrida   optante do regime tributário do LUCRO REAL, motivo pelo qual não apresentou a o termo de op o mencionado no item 7.4.3.1.3 do edital.

### III – CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, evidencia-se que a habilita o da empresa Recorrida atende plenamente aos requisitos do Edital, o que, inclusive, já foi observado no julgamento de Vossa Senhoria.

*EX POSITIS*, requer:

(A) seja julgado improcedente o Recurso da Empresa Recorrente, eis que desprovido de qualquer sustentáculo f tico-jurídico;

(B) Caso Vossa Senhoria entenda de forma diversa, que os autos sejam encaminhados para Autoridade Competente, para aprecia o.

Termos em que,

Pede provimento.

Brasília-DF, 12 julho de 2022

F bia Marques Braga.

CRC 013977/DF.

Metr pole Solu es Governamentais.

Responsável Técnica: F bia Marques Braga – CRC 013977/DF – Auditora registrada no IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil sob número 5217